

**MARCUS ABRAHAM**

Curso de

**DIREITO  
TRIBUTÁRIO  
BRASILEIRO**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 06.10.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A139c

Abraham, Marcus

Curso de direito tributário brasileiro / Marcus Abraham. - Rio de Janeiro : Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7750-4

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

17-45160

CDU: 34:351.713(81)

17-45160

## SUMÁRIO

<b>PARTE I – Finanças Públicas no Sistema Tributário.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Finanças Públicas e Tributação.....</b>	<b>3</b>
1.1. Estado, atividade financeira, Direito Financeiro e Tributário ....	3
1.2. Evolução das finanças públicas e da tributação.....	8
1.3. Receitas e despesas públicas e o tributo.....	11
1.4. Constituição financeira e tributária.....	15
1.5. Orçamento e tributação.....	19
1.6. Teorias do Estado fiscal financeiro e tributário.....	24
1.7. Direito Tributário como disciplina jurídica .....	30
1.8. Autonomia e relacionamento do Direito Tributário com outros ramos do Direito.....	35
<b>Capítulo 2 – Tributo.....</b>	<b>39</b>
2.1. Evolução do tributo.....	39
2.2. O tributo como receita pública.....	42
2.3. Conceito de tributo .....	44
2.4. Classificação dos tributos e suas espécies.....	46
2.5. Tributos fiscais e extrafiscais.....	48
2.6. O dever fundamental de pagar tributos.....	51
<b>Capítulo 3 – Sistema Tributário Nacional.....</b>	<b>55</b>
3.1. Evolução histórica do sistema tributário brasileiro .....	55
3.2. O sistema tributário nacional na Constituição Federal.....	59
3.3. Federalismo fiscal e tributário .....	61
3.4. Competências tributárias .....	68

3.5.	A reserva de lei complementar em matéria tributária.....	71
3.6.	Repartição de receitas tributárias.....	73
3.7.	Guerra fiscal e tributação.....	81
<b>PARTE II – Normas Gerais Tributárias.....</b>		<b>85</b>
<b>Capítulo 4 – Princípios Constitucionais Tributários.....</b>		<b>87</b>
4.1.	Direitos fundamentais e tributação.....	87
4.2.	Justiça tributária.....	89
4.3.	Valores e princípios no Direito.....	91
4.4.	Valores e princípios na tributação.....	97
4.5.	Princípios estruturais.....	99
4.5.1.	Princípio do pacto federativo e republicano.....	99
4.5.2.	Princípio da indelegabilidade da competência tributária.....	100
4.5.3.	Princípio da territorialidade.....	101
4.5.4.	Princípio da uniformidade geográfica.....	101
4.5.5.	Princípio da não discriminação tributária.....	102
4.5.6.	Princípio da supremacia do interesse público.....	103
4.5.7.	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	104
4.6.	Princípios tributários de segurança jurídica.....	105
4.6.1.	Princípio da legalidade tributária.....	105
4.6.2.	Princípio da anterioridade tributária.....	110
4.6.3.	Princípio da irretroatividade tributária.....	112
4.7.	Princípios tributários de igualdade.....	113
4.7.1.	Princípio da isonomia tributária.....	114
4.7.2.	Princípio da capacidade contributiva.....	116
4.7.3.	Princípio da progressividade tributária.....	117
4.7.4.	Princípio da seletividade tributária.....	119
4.7.5.	Princípio da não cumulatividade tributária.....	120
4.7.6.	Princípio da solidariedade tributária.....	121
4.8.	Princípios tributários de liberdade.....	121
4.8.1.	Princípio da vedação ao confisco.....	122
4.8.2.	Princípio da liberdade de tráfego.....	124
4.8.3.	Princípio do mínimo existencial.....	125

4.8.4.	Princípios do devido processo legal tributário.....	125
4.9.	Imunidades tributárias.....	126
4.9.1.	Imunidade recíproca.....	134
4.9.2.	Imunidade dos templos.....	136
4.9.3.	Imunidade dos partidos políticos, sindicatos e instituições educacionais e assistenciais.....	138
4.9.4.	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e papel.....	140
4.9.5.	Imunidade dos fonogramas e videogramas musicais....	141
Capítulo 5 –	Fontes do Direito Tributário.....	143
5.1.	Fontes formais e materiais.....	143
5.2.	Legislação tributária e normas complementares.....	145
5.3.	Jurisprudência tributária.....	148
Capítulo 6 –	Vigência, Eficácia, Aplicação e Interpretação do Direito Tributário.....	153
6.1.	Vigência, eficácia e aplicação da legislação tributária.....	153
6.2.	Evolução da interpretação do direito tributário.....	157
6.3.	Escolas hermenêuticas no jusnaturalismo, positivismo e pós-positivismo.....	159
6.4.	Integração e interpretação da legislação tributária.....	164
6.5.	Planejamento tributário.....	171
6.5.1.	Conceito e características do planejamento tributário..	171
6.5.2.	Evasão e elisão fiscal.....	175
6.5.3.	Abuso de direito, fraude à lei e simulação.....	181
6.5.4.	Normas antielisivas.....	186
6.5.5.	Falta de propósito negocial e abuso de formas.....	192
Capítulo 7 –	Obrigação Tributária.....	195
7.1.	Conceito e natureza da obrigação tributária.....	195
7.2.	Causa da obrigação tributária.....	197
7.3.	Objetos da obrigação tributária.....	200
7.4.	Fato gerador da obrigação tributária.....	202
Capítulo 8 –	Sujeitos na Tributação.....	211
8.1.	Sujeito ativo da obrigação tributária.....	211

8.2.	Sujeito passivo da obrigação tributária.....	213
8.2.1.	Contribuinte.....	216
8.2.2.	Responsável solidário.....	217
8.2.3.	Responsável por sucessão.....	218
8.2.4.	Responsabilidade de terceiros.....	220
8.2.5.	Substituto tributário.....	222
8.2.6.	Responsabilidade dos sócios de empresa.....	224
Capítulo 9 – Crédito Tributário.....		227
9.1.	Conceito e natureza do crédito tributário.....	227
9.2.	Lançamento tributário.....	228
9.3.	Legislação aplicável ao lançamento tributário.....	233
9.4.	Princípios do lançamento tributário.....	234
9.5.	Modalidades do lançamento tributário.....	235
Capítulo 10 – Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário.....		243
10.1.	Alterações no crédito tributário.....	243
10.2.	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	244
10.2.1.	Moratória.....	245
10.2.2.	Depósito em dinheiro.....	246
10.2.3.	Reclamações e recursos administrativos.....	247
10.2.4.	Liminar em mandado de segurança.....	247
10.2.5.	Medida liminar ou tutela antecipada.....	248
10.2.6.	Parcelamento.....	249
10.3.	Extinção do crédito tributário.....	250
10.3.1.	Pagamento.....	251
10.3.1.1.	Pagamento indevido e restituição.....	251
10.3.2.	Compensação.....	255
10.3.3.	Transação.....	256
10.3.4.	Remissão.....	258
10.3.5.	Prescrição e decadência.....	258
10.3.5.1.	Prescrição tributária.....	260
10.3.5.2.	Decadência.....	263
10.3.6.	Conversão do depósito em renda.....	266
10.3.7.	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento....	267

10.3.8. Consignação em pagamento.....	268
10.3.9. Decisão administrativa irreformável .....	269
10.3.10. Decisão judicial transitada em julgado .....	270
10.3.11. Dação em pagamento .....	270
10.4. Exclusão do crédito tributário .....	270
10.4.1. Isenção .....	271
10.4.2. Anistia.....	274
<b>Capítulo 11 – Proteção e Recuperação do Crédito Tributário .....</b>	<b>275</b>
11.1. Garantias e privilégios do crédito tributário.....	275
11.2. Penhora <i>on-line</i> (BacenJud) .....	278
11.3. Preferências do crédito tributário.....	278
11.4. Administração tributária.....	279
11.5. Informações fiscais e sigilo.....	280
11.6. Dívida ativa tributária.....	281
11.7. Certidões negativas, positivas e Cepen.....	285
<b>Capítulo 12 – Infrações, Crimes e Sanções em Matéria Tributária .....</b>	<b>289</b>
12.1. Direito Tributário Penal e Direito Penal Tributário.....	289
12.2. Multas tributárias .....	290
12.3. Denúncia espontânea.....	295
12.4. Infração e crimes contra a ordem tributária .....	296
12.5. Lançamento tributário e condição objetiva de punibilidade.....	299
12.6. Apropriação indébita e crimes funcionais.....	302
<b>Capítulo 13 – Tributação Internacional .....</b>	<b>305</b>
13.1. Direito Tributário Internacional.....	305
13.2. Tratados internacionais.....	307
13.3. Princípios da tributação internacional .....	311
13.4. Paraíso fiscal.....	316
13.5. Tributação das controladas e coligadas .....	319
13.6. Erosão de base e transferência de lucros (BEPS).....	322
<b>PARTE III – Tributos em Espécie .....</b>	<b>325</b>
<b>Capítulo 14 – Impostos.....</b>	<b>327</b>
14.1. Impostos: Características gerais .....	327

14.2.	Impostos federais.....	330
14.2.1.	Imposto de Importação .....	330
14.2.2.	Imposto de Exportação.....	335
14.2.3.	Imposto de Renda .....	337
14.2.4.	Imposto sobre Produtos Industrializados .....	341
14.2.5.	Imposto sobre Operações Financeiras.....	347
14.2.6.	Imposto Territorial Rural .....	349
14.3.	Impostos Estaduais.....	352
14.3.1.	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação..	352
14.3.2.	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.....	356
14.3.3.	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores .....	363
14.4.	Impostos municipais .....	366
14.4.1.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana .....	366
14.4.2.	Imposto sobre a Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis e Direitos .....	369
14.4.3.	Imposto sobre Serviços.....	371
Capítulo 15 –	Taxas .....	377
15.1.	Conceito e características da taxa.....	377
15.2.	Espécies de taxas.....	380
15.3.	Princípios incidentes nas taxas .....	383
15.4.	Teoria dos preços públicos e taxas.....	385
Capítulo 16 –	Empréstimos Compulsórios.....	391
16.1.	Empréstimo compulsório: conceito e generalidades .....	391
16.2.	Natureza jurídica do empréstimo compulsório.....	393
16.3.	Restituição do empréstimo compulsório.....	397
16.4.	O Empréstimo compulsório nos Tribunais Superiores .....	397
Capítulo 17 –	Contribuições.....	401
17.1.	Contribuições: conceito, características e generalidades .....	401
17.2.	Contribuição de melhoria .....	404
17.3.	Contribuição de intervenção no domínio econômico .....	406

17.4. Contribuições de interesse de categorias profissionais e econômicas.....	412
17.5. Contribuição de Iluminação Pública .....	416
17.6. Contribuições sociais .....	418
<b>PARTE IV – Processo Tributário .....</b>	<b>425</b>
Capítulo 18 – Processo Tributário.....	427
18.1. Direito processual tributário: administrativo e judicial .....	427
18.2. Processo administrativo fiscal .....	430
18.2.1. Impugnação fiscal e recurso administrativo.....	432
18.2.2. Consulta fiscal.....	433
18.2.3. Requerimento de regime especial .....	435
18.2.4. Requerimento da denúncia espontânea .....	435
18.2.5. Restituição e compensação tributária.....	439
18.3. Processo judicial tributário .....	440
18.3.1. Mandado de Segurança .....	442
18.3.2. Ação declaratória tributária .....	444
18.3.3. Ação anulatória tributária .....	445
18.3.4. Ação consignatória tributária .....	447
18.3.5. Ação de repetição de indébito tributário .....	448
18.3.6. Ação de execução fiscal .....	451
18.3.7. Medida cautelar fiscal .....	458
Bibliografia .....	461